

SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2023

(NÃO AUDITADAS)



DEPARTAMENTO DE CONTROLADORIA

Índice

Balanço patrimonial	3
Demonstração das sobras ou perdas	5
Demonstração das sobras abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	9
2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis	9
3 Caixa e equivalentes de caixa	18
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	18
5 Títulos e Valores Mobiliários	19
6 Operações de crédito	20
7 Outros Ativos Financeiros	23
7.1 Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros	24
7.2 Movimentação da provisão de Outros Ativos Financeiros	24
8 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos	24
9 Outros Ativos	25
10 Imobilizado	25
11 Intangível	26
12 Depósitos à vista e a prazo	26
12.1 Concentração dos principais depositantes	27
12.2 Despesas com operações de captação de mercado (Nota 13 e 22):	27
13 Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	27
14 Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses	27
15 Outros Passivos Financeiros	28
17 Obrigações Fiscais e Diferidas	30
18 Outros Passivos	30
19 Instrumentos Financeiros	31
20 Patrimônio líquido	31
21 Receitas de Operações de Crédito	33
22 Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira	34
23 Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	34
24 Rendas de Tarifas	34
25 Dispêndios e Despesas de Pessoal	34
26 Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	35
27 Dispêndios e Despesas Tributárias	35
28 Outros Ingressos e Receitas Operacionais	35
29 Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	36
30 Despesas com Provisões	36
31 Outras receitas e despesas	36
32 Imposto de renda e contribuição social	36
33 Resultado Não Recorrente	36
34 Partes relacionadas	37
35 Cooperativa Central - Sicoob São Paulo	37
36 Gerenciamento de riscos	38
37 Garantias	45
38 Cobertura de seguros	45
39 Benefícios a empregados	45

Balancos patrimoniais em 30 de junho 2023 e dezembro 2022
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ATIVO		10.161.035	9.652.088
Disponibilidades	3	15.446	12.656
Instrumentos Financeiros		10.381.870	9.877.241
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	738.584	725.250
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.901.386	809.462
Relações Interfinanceiras	3	2.455.008	2.778.535
Operações de Crédito	6	5.195.217	5.476.506
Outros Ativos Financeiros	7	91.675	87.489
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(359.345)	(356.092)
(-) Operações de Crédito	6	(336.952)	(338.148)
(-) Outras	7	(22.393)	(17.944)
Ativos Fiscais correntes e diferidos	8	7.559	7.338
Outros Ativos	9	5.487	5.731
Imobilizado de Uso	10	101.721	99.150
Imobilizado de Uso		146.394	138.585
(-) Depreciação acumulada		(44.673)	(39.435)
Intangível	11	8.297	6.064
Intangível		21.725	17.430
(-) Amortização acumulada		(13.428)	(11.366)
Total do Ativo		10.161.035	9.652.088

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 30 de junho 2023 e dezembro 2022
 Em milhares de reais

	Notas	2023	2022
PASSIVO		8.935.099	8.546.007
Depósitos	12	4.300.263	4.078.332
Depósitos à Vista		723.219	656.061
Depósitos à Prazo		3.577.043	3.422.272
Instrumentos Financeiros	19	4.480.408	4.336.449
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	2.699.193	2.186.132
Repasses Interfinanceiros	14	1.776.587	2.128.511
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	1.217	1.199
Outros Passivos Financeiros	15	3.411	20.607
Provisões	16	42.364	35.954
Obrigações Fiscais e diferidas	17	5.160	11.750
Outros Passivos	18	106.904	83.522
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	1.225.938	1.106.080
Capital Social		688.608	632.363
Reserva Legal		430.122	424.146
Sobras Acumuladas		107.208	49.571
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		10.161.035	9.652.088

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das sobras ou perdas em 30 de junho
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Ingressos e Receitas da Intermediação Financeira		737.601	491.111
Operações de Crédito	21	453.049	332.482
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3	164.529	121.210
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	50.294	27.689
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	69.729	9.730
Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira	22	(564.768)	(367.567)
Operações de Captação no Mercado		(389.362)	(232.427)
Operações de Empréstimos e Repasses		(114.940)	(80.571)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(60.467)	(54.569)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		172.833	123.545
Outros Ingressos / Dispêndios Operacionais		(58.221)	(51.325)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	24.112	12.498
Rendas de Tarifas	24	6.214	5.601
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(47.210)	(38.129)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(45.412)	(38.535)
Dispêndios e Despesas Tributárias	27	(1.812)	(1.250)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	25.289	24.713
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(19.402)	(16.222)
Provisões	30	(5.294)	(2.297)
(Provisões)/Reversões para Contingências		(3.923)	39
(Provisões)/Reversões para Garantias Prestadas		(1.370)	(2.336)
Resultado Operacional		109.318	69.922
Outras Receitas e Despesas	31	2.573	(1.673)
Ganhos de Aluguéis		22	23
Reversão de Provisões não Operacionais			45
Outras Rendas não Operacionais		2.933	3.462
Lucro na Alienação Ativo não Financeiro		6	
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(275)	(65)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais			(5.100)
(-) Outras Despesas não Operacionais		(114)	(38)
Sobras Antes da Tributação e Participações		111.891	68.248
Imposto de Renda e Contribuição Social	32	(4.683)	(3.327)
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperados		(2.922)	(2.075)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados		(1.761)	(1.252)
Sobras do período		107.208	64.921

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes em 30 de junho
Em milhares de reais



	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Sobras do período/exercício	107.208	64.921
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente	<u>107.208</u>	<u>64.921</u>

Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho
 Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Capital à Realizar	Reserva Legal	Sobras acumuladas	Total
Em 31 de dezembro de 2021		500.296	(152)	384.522	53.539	938.205
Destinações de Sobras do Exercício Anterior:	20.3					
Ao FATES					(10.708)	(10.708)
Constituição de Reservas				10.708	(10.708)	
Distribuição de sobras para associados		16.013			(32.123)	(16.110)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		37.836	(124)			37.712
Por Devolução		(10.095)				(10.095)
Sobras do exercício antes das destinações e do JCP					64.921	64.923
Em 30 de junho de 2022		544.050	(276)	395.230	64.921	1.003.927
Em 31 de dezembro de 2022		632.449	(85)	424.146	49.571	1.106.080
Destinações de Sobras do Exercício Anterior:	20.3					
Ao FATES					(8.595)	(8.595)
Constituição de Reservas				5.976	(5.976)	
Distribuição de sobras para associados		17.500			(35.000)	(17.500)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		61.698	(10)			61.688
Por Devolução		(22.943)				(22.943)
Sobras do exercício antes das destinações e do JCP					107.208	107.208
Em 30 de junho de 2023		688.704	(95)	430.122	107.208	1.225.938

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho
 Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Sobras ou perdas antes da tributação e participações		111.891	68.248
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	28	(15.763)	(7.256)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	22	60.467	54.569
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	30	1.370	2.336
Provisões/Reversões Não Operacionais	31	-	5.055
Provisões/Reversões para Contingências	30	3.923	(39)
Depreciações e Amortizações	26	7.786	5.801
Sobras ou perdas antes da tributação e participações ajustado		169.674	128.715
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(13.334)	(109.037)
Títulos e Valores Mobiliários		(1.061.871)	7.690
Operações de Crédito		228.327	(846.342)
Outros Ativos Financeiros		(8.441)	9.500
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(221)	(314)
Outros Ativos		245	883
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista		67.158	15.773
Depósitos a Prazo		154.772	116.076
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		513.062	544.957
Relações Interfinanceiras		(351.924)	414.139
Obrigações por Empréstimos e Repasses		18	24
Outros Passivos Financeiros		(17.196)	(27.969)
Provisões		1.116	1.053
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(6.287)	(716)
Outros Passivos		23.381	14.913
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		(8.595)	(10.708)
Imposto de Renda Pago		(2.573)	(1.791)
Contribuição Social Pago		(2.413)	(1.116)
Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais		(315.103)	255.732
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos	28	15.121	6.618
Distribuição de Sobras da Central Recebidos	28	643	638
Aquisição de Intangível		(4.568)	(1.691)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(8.022)	(5.823)
Aquisição de Investimentos		(30.053)	(10.959)
Caixa líquido aplicado / originado em investimentos		(26.880)	(11.217)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		61.311	37.712
Devolução de Capital à Cooperados		(22.519)	(10.095)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		(17.547)	(16.110)
Caixa líquido aplicado / originado em financiamentos		21.245	11.507
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(320.738)	256.022
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	3	2.791.191	2.277.375
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	3	2.470.453	2.533.397
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(320.738)	256.022

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito ("Sicoob Cocred" ou "Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular de livre admissão de cooperados com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e acionista do Banco Cooperativo Sicoob S.A – Banco Sicoob.

A Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Araçatuba, Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Bauru, Cajobi, Cajuru, Catanduva, Cravinhos, Guaiá, Franca, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Monte Alto, Marília, Morro Agudo, Ocaçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, São José do Rio Preto, São Carlos, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz, Uberlândia e Viradouro. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Adamantina, Altair, Altinópolis, Álvaro de Carvalho, Araraquara, Bebedouro, Borá, Brodowski, Campos Novos Paulista, Cássia dos Coqueiros, Colina, Colômbia, Dumont, Echaporã, Embaúba, Flórida Paulista, Garça, Getulina, Guaimbê, Guaraci, Guariba, Guataporá, Herculândia, Iacri, Icém, Inúbia Paulista, Jaboticabal, Júlio Mesquita, Lucélia, Luís Antônio, Lupércio, Lutécia, Mariápolis, Monte Azul Paulista, Nuporanga, Olímpia, Oriente, Orlandia, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Paraíso, Parapuã, Pirangi, Pompéia, Pradópolis, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Taiaçu, Taiuva, e Vista Alegre do Alto, todos no Estado de São Paulo; e Uberaba, no Estado de Minas Gerais. A área de admissão de cooperados passou a abranger todas as unidades da Federação;

A Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos cooperados;
- (ii) A formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "BCB"), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF,

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estando em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, tendo sido aprovadas pelo Conselho de administração e Conselho fiscal, que são os órgãos estatutários responsáveis pela governança, em 31 de julho de 2023.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras compreende a Diretoria Executiva.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a) Mudanças aplicadas nas presentes demonstrações financeiras

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/02/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 354, de 16 de fevereiro de 2023**, que trata dos detalhes do documento COS 4111 - Saldos Contábeis Diários. O impacto principal envolveu desenvolvimento de sistema apto para geração do arquivo no leiaute exigido pelo BCB, bem como adequações nas rotinas de conciliação contábil. O documento passou a ser remetido ao órgão a partir da data-base 01/6/2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 01/01/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 01/01/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01/01/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023: estabelece procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.3 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A Administração da Cooperativa está atenta aos potenciais impactos econômicos provenientes da pandemia provocada pela COVID-19. Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível ou causar impactos substanciais em sua estrutura financeira.

Na data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras, a administração da Cooperativa avaliou e entendeu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura.

2.4 Descrição das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus cooperados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não cooperados.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável, e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de crédito

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

g) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Nos termos da Resolução CMN nº

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.534/2016, para os ativos com vida útil definida as amortizações são calculadas pelo método linear, no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme previsto no Art. 193 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

u) Segregação em circulante e não circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2023 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O SICOOB COCRED opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2023.

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Disponibilidades	15.446	12.656
Relações interfinanceiras (i)	<u>2.455.008</u>	<u>2.778.535</u>
	<u>2.470.454</u>	<u>2.791.191</u>

i) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob SP como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 30 de junho de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	<u>164.529</u>	<u>121.210</u>

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

<u>Modalidade</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ligadas (i)	<u>738.584</u>	<u>725.250</u>
	738.584	725.250
Ativo circulante	<u>(738.584)</u>	<u>(725.250)</u>
Ativo não circulante	<u> </u>	<u> </u>

(i) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 99,90 % do CDI (2022 – 98,36 % do CDI).

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<u>50.294</u>	<u>27.689</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Modalidade	2023	2022
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (i)	70.369	65.743
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (ii)	8.532	22.169
Obrigações do Tesouro Nacional	4.708	17.484
Cotas de Fundo Imobiliário (iii)	27.036	29.312
Cédula Produto Rural - CPR (iv)	1.612.378	513.845
Provisão para Desvalorização - CPR	(17.226)	(4.606)
Participações - Investimentos (v)	195.252	165.199
Títulos Públicos Federais - LFT	336	316
	1.901.386	809.462
Ativo circulante	(595.403)	(191.565)
Ativo não circulante	1.305.983	617.897

(i) Os Recibos de depósito cooperativos - RDC referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras mantidas na Sicoob São Paulo com remuneração média de 108,04 % do CDI. (2022 – 107,64 % do CDI)

(ii) Os Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA são títulos de renda fixa lastreados em recebíveis originados do agronegócio, possuem remuneração média de 16,27 % a.a. (2022 – 16,36 % a.a).

(iii) O Fundo Imobiliário Coopbens foi criado pela Cooperativa com finalidade de viabilizar o processo de venda de bens não de uso próprio. A remuneração desse fundo ocorre com a valorização de suas quotas decorrente do resultado apurado na venda dos bens.

(iv) A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPRF) trata-se de um novo produto criado pelo Sicoob, lastreada em produto rural, disponível na emissão ou cuja produção seja esperada ao longo da vigência do título, com liquidação financeira obrigatoriamente.

(iv) A partir de 1º de julho de 2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

Os investimentos estão constituídos por:

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	2023	2022
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob SP	100.225	83.684
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	94.914	81.402
Outras Participações	113	112
	<u>195.252</u>	<u>165.199</u>

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 16.541 e R\$ 13.511, na Sicoob São Paulo e no BANCOOB, respectivamente.

Em 2023, foram recebidas sobras nos montantes de R\$ 642 e R\$ 13.511 pela Sicoob São Paulo, e BANCOOB, respectivamente. (Nota 28)

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, no SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 30 de junho de 2023 e 2022, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo realizável a longo prazo têm sua realização prevista substancialmente para 2024.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos e valores mobiliários", foram, respectivamente:

	2023	2022
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	<u>69.729</u>	<u>9.730</u>

6 Operações de crédito

6.1 Composição da carteira por modalidade

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	2023	2022
Adiantamentos a depositantes	7.289	3.592
Cheque especial e conta garantida	194.265	146.780
Empréstimos e financiamentos	2.505.544	2.478.663
Títulos descontados	128.687	110.508
Financiamentos rurais	2.359.432	2.736.963
	5.195.217	5.476.506
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.5)	(336.952)	(338.148)
	4.858.266	5.138.358
Ativo circulante	(2.450.037)	(2.540.266)
Ativo não circulante	2.408.229	2.598.092

6.2 Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

Nível de risco	Percentual	Situação	2023				2022		
			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA		Normal	694	720	19.933	21.347		35.220	
A	0,5%	Normal	712.015	66.313	1.562.467	2.340.795	(11.704)	2.371.768	(11.859)
B	1%	Normal	702.063	137.247	643.020	1.482.330	(14.823)	1.699.978	(17.000)
B	1%	Vencidas	728	71		799	(8)	421	(4)
C	3%	Normal	657.385	103.659	117.797	878.840	(26.365)	872.695	(26.181)
C	3%	Vencidas	13.843	589	31	14.463	(434)	5.229	(157)
D	10%	Normal	114.236	17.190	6.129	137.555	(13.755)	177.010	(17.701)
D	10%	Vencidas	4.733	575	246	5.554	(555)	5.025	(503)
E	30%	Normal	15.978	1.951	2.748	20.677	(6.203)	19.484	(5.845)
E	30%	Vencidas	3.506	116		3.621	(1.086)	3.176	(953)
F	50%	Normal	41.988	473		42.462	(21.231)	45.108	(22.554)
F	50%	Vencidas	2.644	34		2.678	(1.339)	1.137	(569)
G	70%	Normal	13.247	749	1.296	15.291	(10.704)	17.763	(12.434)
G	70%	Vencidas	210			210	(147)	346	(242)
H	100%	Normal	148.505	4.566	4.030	157.102	(157.102)	148.333	(148.333)
H	100%	Vencidas	61.986	7.774	1.736	71.496	(71.496)	73.814	(73.814)
		Total Normal	2.406.111	332.868	2.357.420	5.096.398	(261.887)	5.387.358	(261.907)
		Total Vencidos	87.648	9.159	2.013	98.820	(75.065)	89.148	(76.241)
		Total Geral	2.493.759	342.027	2.359.433	5.195.217	(336.952)	5.476.506	(338.148)
		Provisões	(290.693)	(20.347)	(25.912)	(336.952)		(338.149)	
		Total Líquido	2.203.065	321.680	2.333.521	4.858.266		5.138.358	

6.3 Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário)

Tipo	2023			
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	583.517	579.406	1.330.836	2.493.759
Financiamentos	27.919	83.055	231.053	342.027
Financiamentos Rurais	470.579	829.783	1.059.071	2.359.433
TOTAL	1.082.016	1.492.244	2.620.958	5.195.217

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tipo				2022
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	464.548	586.514	1.363.838	2.414.899
Financiamentos	26.345	79.060	219.239	324.644
Financiamentos Rurais	398.404	1.107.974	1.230.584	2.736.963
TOTAL	889.297	1.773.549	2.813.659	5.476.506

6.4 Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica

Descrição				2023	2022
	Empréstimos/TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	30/06/2023	31/12/2022
Setor Privado - Comércio	423.370	58.935	95.056	577.361	524.144
Setor Privado - Indústria	317.985	13.509	578.689	910.183	872.797
Setor Privado - Serviços	904.350	131.471	265.173	1.300.994	1.231.024
Pessoa Física	779.408	110.233	1.285.357	2.174.998	2.457.131
Outros	68.647	27.878	135.158	231.683	391.409
TOTAL	2.493.759	342.027	2.359.433	5.195.217	5.476.506

6.4 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2023	2022
2024	550.028	1.055.894
2025	822.070	671.790
2026	552.672	488.693
2027 a 2041	483.459	381.713
	2.408.229	2.598.092

6.5 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	2023	2022
Saldo inicial	338.148	281.215
(-) Créditos baixados para prejuízo	(52.960)	(68.355)
Provisão constituída no exercício (Nota 22)	131.218	271.837
(-) Reversão da provisão (Nota 22)	(79.453)	(146.549)
Saldo final	336.952	338.148

6.6 Concentração dos Principais Devedores

Descrição	2023		2022	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior Devedor	128.426	2%	125.163	2%
10 Maiores Devedores	884.458	17%	754.873	14%
50 Maiores Devedores	2.392.352	46%	1.900.675	35%

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.7 Recuperação de créditos anteriormente baixados

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 14.689 no semestre findo em 30 de junho de 2023 (2022 - R\$ 13.423), e foi registrada em contrapartida de outros ingressos operacionais.

7 Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Avais e Fianças Honrados (i) (Nota 7.1)	11.909	6.137
Rendas a Receber (ii)	3.718	2.053
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii) (Nota 7.1)	50.058	54.499
Títulos e créditos a receber (iv) (Nota 7.1)	6.874	7.462
Valores tarifas a receber	890	657
Depósitos em garantia (v)	<u>18.226</u>	<u>16.681</u>
	91.675	87.489
Provisão para perdas (Nota 7.1)	<u>(22.393)</u>	<u>(17.944)</u>
	69.282	69.545
Ativo circulante	<u>(18.788)</u>	<u>(15.932)</u>
Ativo Não Circulante	<u>50.493</u>	<u>53.613</u>

(i) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(ii) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito e rendas de serviços de convênios a receber;

(iii) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens recebidos como pagamento de dívida;

(iv) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de tarifas, e Títulos e Créditos vinculados a produtos, oriundos de renegociações de operações de crédito.

(v) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais, referente a processos discutidos pela Cooperativa (Nota 16);

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.1 Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

Nível de risco	Percentual	Situação	2023				2022		
			Títulos e créditos receber	Avais e Fianças Honrados	Devedores por compra de valores e bens	Total	Provisões	Total	Provisões
AA		Normal						2.105	
A	0,5%	Normal			6.332	6.332	(32)	3.955	(20)
B	1%	Normal			28.892	28.892	(289)	31.536	(315)
C	3%	Normal			6.457	6.457	(194)	8.648	(259)
D	10%	Normal							
E	30%	Normal	2.031			2.031	(609)	2.188	(656)
E	30%	Vencidas		1.830		1.830	(549)	528	(158)
F	50%	Vencidas		171		171	(85)	44	(22)
G	70%	Normal			8.245	8.245	(5.771)	8.559	(5.991)
G	70%	Vencidas		69		69	(48)	47	(33)
H	100%	Normal	4.842			4.842	(4.842)	4.971	(4.971)
H	100%	Vencidas		9.840	133	9.972	(9.972)	5.518	(5.518)
		Total Normal	6.874		49.926	56.799	(11.737)	61.961	(12.213)
		Total Vencidos		11.909	133	12.042	(10.655)	6.137	(5.731)
		Total Geral	6.874	11.909	50.058	68.842	(22.393)	68.098	(17.944)
		Provisões	(5.452)	(10.522)	(6.419)	(22.393)		(17.944)	
		Total Líquido	1.422	1.387	43.640	46.449		50.154	

7.2 Movimentação da provisão de Outros Ativos Financeiros

	2023	2022
Saldo inicial	17.944	18.445
(-) Créditos baixados para prejuízo	(4.254)	(5.538)
Provisão constituída no exercício (Nota 22)	10.484	15.418
(-) Reversão efetuada no exercício (Nota 22)	(1.782)	(10.380)
Saldo final	<u>22.393</u>	<u>17.944</u>

8 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em junho de 2023 a rubrica estava composta de impostos e contribuições a compensar referente ao recebimento de comissionamento de produtos.

	2023	2022
Imposto de Renda	6.809	6.602
Pis e Cofins	750	736
	<u>7.559</u>	<u>7.338</u>
Ativo circulante	(7.559)	(7.338)
Ativo Não Circulante		

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Outros Ativos

	2023	2022
Adiantamentos e Participações Salariais	26	8
Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta (i)	1.642	1.189
Devedores Diversos País (ii)	1.110	1.127
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos (iii)	2.444	3.006
Material em Estoque	225	221
Despesas Antecipadas (iv)	39	178
	<u>5.487</u>	<u>5.729</u>
Ativo circulante	<u>(3.125)</u>	<u>(2.725)</u>
Ativo Não circulante	<u>2.362</u>	<u>3.004</u>

(i) Os Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta referem-se a adiantamento à fornecedores.

(ii) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar

(iii) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(iv) As despesas antecipadas, referem-se aos prêmios de seguros.

10 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o imobilizado de uso estava assim composto:

	2023			2022			%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Móveis, utensílios e equipamentos	18.350	(5.436)	12.914	16.711	(4.946)	11.765	10
Sistemas de comunicação	556	(122)	434	504	(100)	404	10
Equipamentos de processamento de dados	23.003	(11.056)	11.948	19.476	(9.419)	10.057	20
Veículos	1.128	(626)	502	1.128	(529)	598	20
Sistemas de vigilância	3.415	(1.817)	1.598	3.149	(1.645)	1.504	20
Instalações	46.951	(23.038)	23.914	41.278	(21.020)	20.258	20
Edificações	40.332	(2.578)	37.754	39.989	(1.775)	38.214	4
Terrenos	8.252		8.252	8.252		8.252	
imobilização em curso (i)	4.406		4.406	8.098		8.098	
	<u>146.394</u>	<u>(44.673)</u>	<u>101.721</u>	<u>138.585</u>	<u>(39.435)</u>	<u>99.150</u>	

(i) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, o intangível estava assim composto:

	2023			2022		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares e Licenças	21.704	(13.428)	8.276	17.412	(11.366)	6.046
Marcas e Patentes	21		21	18		18
	<u>21.725</u>	<u>(13.428)</u>	<u>8.297</u>	<u>17.430</u>	<u>(11.366)</u>	<u>6.064</u>

12 Depósitos à vista e a prazo

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, os depósitos estavam assim compostos:

	2023	2022
Depósitos à vista (i)	723.219	656.061
Depósitos à prazo (ii)	3.577.043	3.422.272
	<u>4.300.263</u>	<u>4.078.332</u>
Passivo circulante	4.289.151	1.268.339
Passivo Não Circulante	<u>11.111</u>	<u>2.809.994</u>

(i) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(ii) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.1 Concentração dos principais depositantes

Descrição	2023		2022	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior Depositante	87.338	2%	188.209	5%
10 Maiores Depositantes	793.588	18%	989.016	24%
50 Maiores Depositantes	1.963.956	46%	2.113.950	52%

12.2 Despesas com operações de captação de mercado (Nota 13 e 22):

Descrição	2023	2022
Despesas de Depósitos a Prazo	(223.181)	(157.202)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(136.309)	(55.026)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(24.998)	(16.678)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(4.874)	(3.521)
	(389.362)	(232.427)

13 Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, estavam assim compostas:

Modalidade	2023	2022
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.479.518	1.742.456
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	219.675	443.675
	2.699.193	2.186.132
Passivo circulante	799.716	947.075
Passivo Não Circulante	1.899.477	1.239.057

Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 12).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. (Nota 12.2)

14 Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos cooperados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos cooperados beneficiados. (Nota 22). Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, estavam assim compostos:

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos financeiros (Taxa Anual)	2023			2022		
		Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total	Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total
Empréstimos	7,32% à 11,33%	21.486		21.486	22.010		22.010
Securitização	3,00%		1.217	1.217		1.199	1.199
Custeio Agrícola	0,82% à 2,99%	723.559		723.559	963.657		963.657
	3,00% à 5,99%	8.519		8.519	14.694		14.694
	6,00% à 6,99%	23.876		23.876	67.912		67.912
	7,00% à 7,99%	174.771		174.771	403.562		403.562
	8,00% à 8,99%	95.427		95.427	80.311		80.311
	9,00% à 9,99%	2.392		2.392	3.633		3.633
	10,00% à 12,80%	653.988		653.988	486.419		486.419
	12,81% à 16,06%	72.568		72.568	86.314		86.314
Total		1.776.587	1.217	1.777.804	2.128.511	1.199	2.129.710
Passivo circulante		(1.124.169)		(1.124.169)	(1.287.869)		(1.287.869)
Passivo não circulante		652.418	1.217	653.635	840.642	1.199	841.841

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2023	2022
2023		
2024	160.628	403.028
2025	238.548	193.160
2026	146.275	146.895
2027	82.887	77.297
2028	14.957	12.432
2029	5.948	5.245
2030	2.813	2.266
2031	1.579	1.518
	653.635	841.841

15 Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, estavam assim compostos:

	2023	2022
Recurso em Trânsito de Terceiros (i)	67	14.762
Obrigações por aquisições de bens e direitos (ii)	2.489	4.599
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (iii)	855	1.246
	3.411	20.607
Passivo circulante	(3.411)	(20.607)
Passivo não circulante		

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênios
- (ii) Em Obrigações por aquisição de bens e direitos temos registrado os valores a pagar de fornecedores e obrigações em nome de terceiros (conta salário) de empresas cooperadas.
- (ii) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos.

16 Provisões

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisões para garantias financeiras prestadas (i)	18.529	17.159
Provisão para Contingências (ii)	23.835	18.795
	<u>42.364</u>	<u>35.954</u>

(i) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, no montante de R\$ 289.871 em 30 de junho de 2023 (2022 – R\$ 302.590), conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. (Nota 37).

(ii) Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

16.2 Provisões para Contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Tributárias	18.159	16.642
Cíveis	4.912	1.790
Trabalhistas	763	362
	<u>23.835</u>	<u>18.795</u>

(a) Processos classificados como possível perda

A Sicoob Cocred possui processos em andamento classificados como de possível perda que totalizam em junho de 2023 o montante de R\$ 5.752 de processos cíveis (2022 – R\$ 2.374), R\$ 62 de processos trabalhistas (2022 – R\$ 314) e R\$ 86 de processos tributários (2022 – R\$ 15.507).

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17 Obrigações Fiscais e Diferidas

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	241	890
Impostos de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	349	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.618	8.715
Contribuição Previdenciária - INSS	1.357	1.315
Programa de Integração Social - PIS	28	35
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	140	189
Imposto sobre Serviços - ISS	104	179
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	311	409
Outros	12	18
	<u>5.160</u>	<u>11.750</u>

18 Outros Passivos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, o saldo de outros passivos estava assim composto:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	30.440	21.845
Cotas de capital a pagar (ii)	24.069	25.007
Obrigações de pagamentos em nome de terceiros	2.107	4.815
Provisão para pagamentos a efetuar (iii)	28.513	29.842
Cheques Administrativos		
Credores Diversos - País (iv)	21.775	2.013
	106.904	83.522
Passivo circulante	<u>(105.506)</u>	<u>(81.786)</u>
Passivo não circulante - Cotas de capital a pagar	<u>1.398</u>	<u>1.736</u>

(i) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(iii) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas provisão de Despesas de Pessoal, Valores a Pagar - Aluguéis, Valores a Pagar – Cartões, Valores a Pagar - Transações Intercredis e outros;

(iv) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar do Banco Sicoob, Saldos Credores de renegociação de dívidas, Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação e Credores Diversos-Liquidação Cobrança.

19 Instrumentos Financeiros

A Sicoob Cocred opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital é representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Capital Social	688.608	632.363

A subscrição de capital ocorre quando o Cooperado ingressa na cooperativa, no ato de admissão, ou também pode ocorrer de forma voluntária. O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). A forma da remuneração do capital social dar-se-á por meio de integralização em cotas-partes no capital social ou através de crédito em conta corrente de cada associado, a critério do Conselho de Administração. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, conforme condições definidas no estatuto social da Cooperativa.

20.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

- 35% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados do Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê que os resultados positivos das operações com atos não-cooperados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados e que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

20.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2022 e de 2021 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 16 de março de 2023 e 24 de março de 2022, respectivamente.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 16 de março de 2023, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 5.975, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 8.595, para Capital social, no montante de R\$ 17.500 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 17.500, foi distribuído aos associados.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 24 de março de 2022, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 10.707, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 10.707, para Capital social, no montante de R\$ 16.061 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 16.061, foi distribuído aos associados.

20.4 Realização da Reserva legal

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa deixou de utilizar a Reserva Legal para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços da Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional da Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa

20.5 Fundo de Reserva de Contingência Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de outubro de 2019, foi aprovada a criação do Fundo Reserva de Contingência Fiscal a ser constituído com os valores retidos das aplicações financeiras dos cooperados, os quais foram levantados em favor da Sicoob Cocred como resultado do êxito em ação judicial.

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esse Fundo de Reserva tinha como objetivo resguardar a Sicoob Cocred dos efeitos negativos decorrentes da eventual proposição de ação rescisória pela União, que pode ocorrer no período de dois anos após o trânsito em julgado da ação.

Conforme definido previamente no regulamento do fundo, na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 25 de março de 2021, foi deliberado a transferência dos recursos do fundo para Reserva Legal.

Os recursos que eram mantidos no referido fundo foram originados em ação judicial em que a Sicoob Cocred questionava judicialmente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com a Cooperativa. Durante o período da discussão judicial, a Cooperativa vinha registrando as correspondentes obrigações, bem como efetuando depósitos judiciais, relacionados a esse assunto.

Os valores retidos dos cooperados foram depositados judicialmente no período de 1999 até o primeiro decêndio do mês março de 2019, quando houve decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, sobre o Recurso Especial Nº 1741047/SP na qual registra o trânsito em julgado, datado em 11 de março de 2019, favorável a Sicoob Cocred, concluindo pela não incidência de imposto de renda nos resultados positivos auferidos pelos cooperados em operações realizadas com a Sicoob Cocred e determinando o levantamento dos referidos montantes depositados judicialmente. Nessa oportunidade, com base na opinião de seus consultores jurídicos que entendem não mais haver o risco de provável perda da referida ação, a Sicoob Cocred reverteu a provisão mantida para esse tema contra o Fundo de Reserva de Contingência Fiscal ("Fundo de Reserva"). Essa reversão foi no montante de R\$ 171.905, que corresponde ao valor da provisão constituída, líquida dos honorários advocatícios. A administração da Cooperativa entende que não há a incidência de juros sobre o referido montante após a sua reversão para o referido Fundo de Reserva, conforme regulamento desse fundo.

Naquela oportunidade, apesar de os assessores tributários da Sicoob Cocred entenderem que os cooperados foram os beneficiários do resultado dessa ação, a administração da Sicoob Cocred, com base em orientações recebidas do Sicoob São Paulo, entendeu ser adequada a reversão da provisão para contingência em contrapartida do referido Fundo de Reserva, o qual compõe o patrimônio líquido da Sicoob Cocred. Dessa forma, com a deliberação da AGO realizada em março de 2021, houve a transferência do montante entre as reservas do patrimônio líquido.

21 Receitas de Operações de Crédito

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.539	1.414
Rendas de Empréstimos	222.731	177.115
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	13.727	9.663
Rendas de Financiamentos	26.675	17.669
Rendas de Rurais - Recursos Livres	12.508	8.763
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados à Vista	8.340	10.867
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	32.858	43.535
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados de LCA	118.186	48.651
Rendas de Rurais - Recursos de Fontes Públicas	1.795	1.380
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	14.689	13.423
	<u>453.049</u>	<u>332.482</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com operações de captação de mercado (Nota 13.2)	(389.362)	(232.427)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses (Nota 15)	(114.940)	(80.571)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito (Nota 6)	79.453	65.602
Reversões de Provisões para Outros Ativos Financeiros (Nota 7)	1.782	6.499
Provisões para Operações de Crédito (Nota 6)	(131.218)	(122.218)
Provisões para Outros Ativos Financeiros (Nota 7)	(10.484)	(4.451)
	<u>(564.768)</u>	<u>(367.567)</u>

23 Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendas de Cobrança	3.892	3.467
Rendas de Garantias Prestadas	539	565
Rendas por Serviços de Pagamento	5.246	
Rendas de Outros Serviços	13.784	8.466
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	650	
	<u>24.112</u>	<u>12.498</u>

24 Rendas de Tarifas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.204	1.026
Rendas de Serviços Prioritários - PF	507	525
Rendas de Serviços Especiais - PF	9	
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.495	4.049
	<u>6.214</u>	<u>5.601</u>

25 Dispêndios e Despesas de Pessoal

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(159)	(137)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(4.303)	(3.302)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(10.372)	(7.275)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(8.567)	(7.041)
Despesas de Pessoal - Proventos	(23.457)	(20.092)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(352)	(282)
	<u>(47.210)</u>	<u>(38.129)</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Outros Dispendios e Despesas Administrativas

	2023	2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.184)	(1.274)
Despesas de Aluguéis	(4.533)	(3.561)
Despesas de Comunicações	(2.213)	(1.984)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(2.631)	(2.165)
Despesas de Material	(497)	(342)
Despesas de Processamento de Dados	(3.494)	(2.094)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(125)	(113)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(3.897)	(2.821)
Despesas de Publicações	(118)	(113)
Despesas de Seguros	(202)	(139)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(4.796)	(4.469)
Despesas de Serviços de Terceiros	(764)	(1.840)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(4.234)	(3.179)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(5.216)	(5.205)
Despesas de Transporte	(890)	(896)
Despesas de Viagem no País	(289)	(258)
Despesas de Amortização	(2.335)	(1.453)
Despesas de Depreciação	(5.451)	(4.348)
Outras Despesas Administrativas	(2.545)	(2.281)
	(45.412)	(38.535)

27 Dispendios e Despesas Tributárias

	2023	2022
Despesas Tributárias	(1.072)	(770)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(453)	(258)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(286)	(221)
	(1.812)	(1.250)

28 Outros Ingressos e Receitas Operacionais

	2023	2022
Dividendos	15.121	6.618
Distribuição de sobras	643	638
Rendas de Repasses Interfinanceiros	816	709
Outras rendas operacionais	1.997	12.618
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirencia	6.712	4.130
	25.289	24.713

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29	Outros Dispendios e Despesas Operacionais	2023	2022
	Descontos Concedidos em Renegociações	(942)	(514)
	Outras Despesas Operacionais	(6.602)	(5.071)
	Desconto/Cancelamento de Tarifas	(585)	(377)
	Outras Contribuições Diversas	(33)	(30)
	Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(169)	(939)
	Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais		
	Perdas - Fraudes Externas	(335)	(73)
	Perdas - Práticas Inadequadas		(2)
	Perdas - Danos a Ativos Físicos		
	Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(2)	(2)
	Perdas - Falhas de Gerenciamento	(7)	(148)
	Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(10.727)	(9.066)
		(19.402)	(16.222)
30	Despesas com Provisões	2023	2022
	Provisões para Demandas Trabalhistas	(625)	(11)
	Provisões para Contingências	(3.314)	
	Reversões de Provisões para Contingências	16	50
	Provisões para Garantias Prestadas	(8.990)	(6.089)
	Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	7.620	3.753
		(5.294)	(2.297)
31	Outras receitas e despesas	2023	2022
	Ganhos de Aluguéis	22	23
	Reversão de Provisões não Operacionais		45
	Outras Rendas não Operacionais	2.933	3.462
	Lucro na Alienação Ativo não Financeiro	6	
	(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(275)	(65)
	(-) Despesas de Provisões não Operacionais		(5.100)
	(-) Outras Despesas não Operacionais	(114)	(38)
		2.572	(1.674)
32	Imposto de renda e contribuição social	2023	2022
	Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperados	(2.922)	(2.075)
	Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados	(1.761)	(1.252)
		(4.683)	(3.327)
33	Resultado Não Recorrente		

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no período de 2022, foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes” conforme a seguir:

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Desvalorização de Ativos não financeiros		(5.055)
Outros	11	
	<u>11</u>	<u>(5.055)</u>

34 Partes relacionadas

34.1 Pessoal chave da administração

34.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no semestre findo em 30 de junho de 2023, montaram a R\$ 4.461 (2022 - R\$ 3.438).

34.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(a) Principais saldos		
Ativo		
Operações de crédito e outros créditos - circulante	96.778	88.622
Operações de crédito e outros créditos - não circulante	241.517	132.169
Passivo		
Depósitos a vista, a prazo, LCA e LCI	307.998	305.369
Patrimônio líquido		
Capital social	36.843	29.122
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(b) Principais operações		
Ingresso com operações de crédito e outros créditos	4.796	3.196
Dispêndio com captação	15.902	4.977

As operações de crédito, as LCAs e os depósitos à vista e sob aviso são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais associados.

35 Cooperativa Central - Sicoob São Paulo

O Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

35.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

35.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

35.2.1 Principais Saldos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (Nota 3)	2.455.008	2.778.535
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	70.369	65.743
Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	100.225	83.684

35.2.2 Principais Resultados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 5)	4.626	5.609
Resultado com depósitos intercooperativos (Nota 3)	164.529	121.210
Distribuição de sobras (Nota 28)	643	638
Aportes de capital (Nota 5 e 10)	16.540	4.358

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

36 Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza,

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da Cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das Cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, incluindo pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital da SICOOB COCRED e a Tabela OVA, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site <https://relacionamento.sicoobcocred.com.br/>, seção “Gerenciamento de Riscos” / Relatório de Pilar 3.

37 Garantias

Em 30 de junho de 2023, a Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados associados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 289.871 (2022 - R\$ 302.590), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

38 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2023, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade da Sicoob Cocred.

39 Benefícios a empregados

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Notas explicativas em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contribuição Previdência Privada (i)	(124)	
Convênio Médico	(1.217)	(1.102)
Seguro de Vida	(200)	(139)
Programas de Participação do Resultado	(9.890)	(8.888)
	<u>(11.430)</u>	<u>(10.129)</u>

(i) A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e teve início no segundo semestre de 2022.

Sertãozinho/SP, 30 de junho de 2023.

PATRÍCIA DE ARAÚJO FELIPE
Contadora - CRC 1SP 296987/O-0
CPF. 399.950.328-99

ADEMIR JOSÉ CAROTA
Diretor Administrativo
CPF. 303.381.738-62

ANTONIO CLÁUDIO RODRIGUES
Diretor Geral
CPF. 048.589.888-80

GIOVANNI BARTOLETTI ROSSANEZ
Pres. do Conselho de Administração
CPF. 183.207.628-80

GUSTAVO ZANINI SVERZUT
Vice Pres. do Conselho de Administração
CPF. 262.593.688-60